

### MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

**CORONEL CHAGAS**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**NALDO DA LOTERIA**  
1º SECRETÁRIO

**DHIEGO COELHO**  
3º SECRETÁRIO

**JÂNIO XINGÚ**  
2º VICE-PRESIDENTE

**MARCELO CABRAL**  
2º SECRETÁRIO

**IZAIAS MAIA**  
4º SECRETÁRIO

**FRANCISCO MOZART**  
3º VICE-PRESIDENTE

**MASAMY EDA**  
CORREGEDOR GERAL

**JORGE EVERTON**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente  
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Brito Bezerra (PP) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Oleno Matos (PDT) - Membro

#### Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente  
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Odilon Filho (PEN) - Membro

#### Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente  
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente  
George Melo (PSDC) - Membro  
Zé Galeto (PRP) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro

#### Suplentes:

1º - Chico Guerra (PROS)  
2º - Oleno Matos (PDT)

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro  
Diego Coelho (PSL) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente  
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente  
Masamy Eda (PMDB) - Membro  
Chico Mozart (PRP) - Membro  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente  
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente  
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

#### Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro  
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro  
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente  
Izaias Maia (PRB) - Vice-Presidente  
Dhiego Coelho (PSL) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro  
Francisco Mozart (PRP) - Membro

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro  
Naldo da Loteria (PSB) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente  
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Zé Galeto (PRP) - Membro  
Izaias Maia (PRB) - Membro

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente  
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente  
Oleno Matos (PDT) - Membro  
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro  
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente  
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente  
George Melo (PSDC) - Membro  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente  
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente  
Jorge Everton (PMDB) - Membro  
Odilon Filho (PEN) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

#### GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS  
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA  
Diagramação

#### Atas Plenárias

- Ata da 2450ª Sessão Ordinária - Íntegra 02

**ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA**
**ATA DA 2450ª SESSÃO, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2015.**
**50º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**
**= ORDINÁRIA =**
**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER.**

As nove horas do dia três de novembro de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima quinquagésima Sessão Ordinária do quinquagésimo período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Coronel Chagas** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:**

- Mensagem Governamental nº 050, de 28/10/15, encaminhando, para apreciação, o Projeto de Lei que “dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações – PCCR, dos Servidores do Quadro Geral da Administração Direta do Estado de Roraima, e dá outras providências”.

- Mensagem Governamental nº 051, de 28/10/15, encaminhando, para apreciação, o Projeto de Lei que “autoriza a Procuradoria-Geral do Estado de Roraima a utilizar meios alternativos de cobrança de créditos tributários e não tributários do Estado de Roraima, observados os critérios de eficiência administrativa e de custos de administração e cobrança, especialmente o disposto na Lei Federal nº 9.492, de 10/09/1997, e dá outras providências.

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:**

- Indicação s/nº, de 29/10/15, do Deputado Brito Bezerra ao Governo do Estado, para reforma elétrica, hidráulica e predial do prédio onde, atualmente, encontra-se instalado o Centro de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais (CAP-DV/RR) e aquisição de um transporte para locomoção dos usuários do referido Centro de Apoio Pedagógico.

- Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 29/10/15, do Deputado Dhiego Coelho, que concede a comenda Orgulho de Roraima ao Senhor Francisco de Sales Guerra Neto, e dá outras providências.

**RECEBIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:**

- Ofício nº 177, de 29/10/15, do Ministério Público de Contas, encaminhando Proposta Orçamentária para o exercício de 2016.

**DIVERSOS:**

- Ofício nº 021, de 26/10/15, do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado de Roraima – SINTAGR, apresentando à ALE-RR carta de desaprovção a relatos referentes à conduta do indicado do Governo para presidir a Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, temos dois oradores inscritos para o Grande Expediente, os senhores Deputados Jorge Everton e George Melo.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Bom-dia Presidente, nobres pares, servidores da Casa e população hoje presente. Três motivos me trazem a esta tribuna. O primeiro é o dever e a obrigação que este Poder tem que ter em atender os anseios, as preocupações e cobranças da sociedade. E como o nosso papel além de legislar também é o de fiscalizar, esta Casa, caro Presidente, está em falta com o que de mais preocupante nos chegou para ser analisado e votado: o pedido de afastamento da Governadora e de sua filha, feito pelo Ministério Público de Contas. Não se trata de um pedido qualquer, feito sem base, sem dados e sem necessidade, trata-se de uma denúncia grave que aponta inúmeras suspeitas de irregularidades também graves que há mais de um mês deram entrada aqui e não se tem notícia de quanto começarão a ser analisadas. Se há verdade no que aponta o pedido feito pelo Procurador-Geral, Paulo Sérgio, pessoa que o Senhor Presidente conhece bem a índole e o compromisso que ele tem com a sua função, mais grave será se nós, representantes da sociedade, nada fizermos. O Senhor

Presidente e nós, Deputados, não podemos prevaricar.

O Segundo ponto, Senhor Presidente, que quero destacar é um desmembramento do primeiro. Semana passada, Vossa Excelência, em rápida e ágil reação, desmentiu os boatos de que já estaria na base governista, indicando até nomes para o secretário. Como faço parte do grupo que o elegeu e em ato contínuo o reelegeu na Presidência da Casa, sou testemunha de que nunca ouvi da sua boca qualquer afirmação nesse sentido, de estar na base governista. Porém, contrário ao anseio da sociedade e do que a imprensa já começa a cobrar, Vossa Excelência, se me permite a sinceridade, por não demonstrar a mesma agilidade e eficiência em colocar o pedido do MPC em andamento, acaba colaborando para os boatos. Só quem não quer que esse processo ande é a Governadora, o esposo dela Neudo Campos, a base governista aqui da Assembleia e pessoas que lucram, de certo modo, com o governo que aí está, o qual em dez meses de mandato já tem a maior reprovação da história, diga-se de passagem. Não tenho dúvida alguma que, enquanto o pedido de afastamento da governadora não for analisado e votado nesta Casa, os boatos vão continuar, não só que o Presidente fechou aliança com o Palácio Hélio Campos, como outros membros que se constituíram pela bandeira da independência, viraram governistas disfarçados.

E por fim, faço uma constatação que muito me entristece, a de que não analisando o afastamento da Governadora, venhamos a perder a bandeira da independência que há pouco falei, nos tornando iguais a todas as demais legislaturas que se comportaram aliadas ao governo, não cumprindo o papel de fiscalizador do executivo, papel, repito, que já nos começa a ser cobrado pela sociedade e pela imprensa. Não fomos eleitos para fecharmos os olhos às suspeitas de irregularidades. Não fomos eleitos para dizer amém ao governo. Fomos eleitos para buscarmos melhorias de vida para toda a sociedade. E defender o certo na aplicação de recursos públicos é uma das maneiras mais eficazes de se buscar a melhoria de vida que em campanha prometemos aos nossos eleitores. Muito obrigado e uma boa semana a todos.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, público presente no plenário. Hoje, quero manifestar minha preocupação e indignação com o que está sendo construído com esse discurso de paralisar a BR do nosso Estado. A BR-174 é fechada das 18h às 06h da manhã, de segunda a segunda. Se não bastasse isso, como uma forma de pressionar o governo, estamos assistindo o povo de Roraima ser cerceado do seu direito de ir e vir a qualquer lugar. E o pior, o governo do Estado assistiu tudo inerte, baixando a cabeça para uma atitude que chega às raíais da arrogância, pela prepotência de uma minoria que cada vez mais impõe esse tipo de arruação no Estado de Roraima. Não é a primeira vez que isso acontece. Por várias vezes, pessoas que descem de Pacaraima são obrigadas a passarem horas na estrada, pessoas com crianças, sem água potável, no meio do sol quente, passam horas no meio da estrada. Eu queria que esta Casa não fizesse como fez a governadora diante da ação dos indígenas. Muito bem disse o Coronel Prola, quando ressaltou que isso é falta de ação de um governo que precisa se impor diante destas dificuldades e não assistir pacientemente esse tipo de ação. Daqui alguns dias, se faltar luz no 100, fecha a estrada, se faltar professor em uma escola, fecha a estrada, e o prejuízo que o Estado tem? Provavelmente, o Estado não vai sentir no bolso de imediato, mas sabemos que ao longo dos meses, as pessoas que dependem do comércio, que é uma fatia importante para o desenvolvimento deste Estado, serão prejudicadas sistematicamente. Para a grande maioria da população que precisa viajar no feriado, isso é passível de entender, mas para as pessoas que têm contrato, têm negócios no nosso Estado, os prejuízos são cada vez maiores e essa fatia de produtores são desestimulados a investir no nosso Estado. Esses obstáculos precisam ser melhor enfrentados. Eu estava lendo uma matéria no facebook, onde o Coronel Prola, com aquele seu jeito transparente de ver as coisas, questionou que com uma governadora sem pulso é que acontece isso no Estado, porque se o Estado usasse de sua força para coibir esse tipo de ação, certamente a nossa população estaria mais guarnecida. Tem um ditado que diz: a pessoa passa em frente a sua casa e pega uma flor e ninguém reclama, amanhã ela pega uma cadeira, ninguém reclama, no dia seguinte ela entra na sala e leva a televisão, ninguém reclama, no outro dia entra na cozinha e, quando você menos esperar, está no seu quarto com você. Essa é a ideia que temos deste governo que não toma uma posição com relação a essa ação que cada vez mais está acontecendo de forma sistemática. Eu não quero dizer aqui que sou contra o índio, o negro, o branco, eu não sou contra ninguém, mas, entendo que este Estado tem que ser respeitado por todos que moram nele, e todos têm que se submeter às leis do Estado. Se isso não acontecer, certamente o Estado vai virar a casa da mãe Joana e não podemos entender esse tipo de ação sendo feita por quem quer que seja. O nosso direito de ir e vir está acima de qualquer coisa. Primeiro vieram as demarcações, onde muitos fazendeiros foram vítimas de morte precoce por conta de terem de sair do lugar onde nasceram e porque foram abandonados pelo Estado, alguns saíram de suas terras e vieram para a periferia da cidade. Agora, se intensifica mais essa ação de meia dúzia de

peçoas, financiadas não sei por quem, para bloquearem nossas estradas. Então, eu acredito que a educação é muito importante para um povo, assim como a produção, mas entendemos que esta ação não melhora a situação em nada, demonstra sim, a fraqueza de um governo, somente isso. E não melhora em nada a nossa educação, a nossa produção. Temos um Estado numa situação cada vez mais difícil, porém, estamos enfrentando a crise. Agora, eu não posso, de maneira nenhuma, aceitar esse tipo de ação ao ver pessoas de bem serem cerceadas do seu direito e ir e vir no nosso Estado.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Deputado George, quero parabenizá-lo pelo seu posicionamento com relação a essa questão. Mas, todos nós sabemos que a comunidade indígena do Estado se esconde atrás de alguém. Sabemos também que são tutelados pelo Governo Federal e que o Governo do Estado só é cobrado por aquilo que não é responsabilidade sua, interditar a nossa BR. O Coronel Prola sabe disso, pois ele nunca interferiu em nenhuma ocupação de BR federal, que eu saiba, ao longo da história, até porque, quem prende índio é a Polícia Federal, porque eles são tutelados, não são considerados gente pelo Governo Federal, e sim bicho que não pensa, não tem vontade, até as terras pelas quais eles brigam, em nome deles, não são deles. Sabemos disso.

Na quinta-feira, à tarde, quando a Governadora chegou do local da manifestação, chamou as instituições federais: Ministério Público Federal, Procuradoria Federal, Polícia Federal e entrou com um Mandado de Segurança, com Pedido de Liminar para retirar os índios. E foi graças a essa ação da Governadora, via Justiça Federal, que saiu a liminar para retirar os índios. E eu fico me perguntando, ao assistir a retirada de produtores, se os índios são tutelados pelo Governo Federal. Aqui temos uma ONG que recebe milhões de reais para cuidar das comunidades indígenas, mas deixa os índios abandonados para o Estado cuidar. Você pega a LDB, a Constituição e a responsabilidade da educação indígena é do Governo Federal. O Estado tem a sua responsabilidade definida em lei, que define o que é de responsabilidade do Governo Federal, Estadual e dos municípios. E aí eu me pergunto: onde estão os nossos Senadores e os nossos Deputados Federais que elegemos para que cuidem deste Estado? Eu não vi até agora a preocupação, nem a responsabilidade de nenhum, como não vi na BR-174, no trecho dentro da reserva dos Waimiris-atroaris, onde tem as correntes que até hoje reclamamos, entra Governo e sai Governo, ninguém resolveu nada. Temos Senadores e Deputados Federais, e não elegemos essas pessoas para morarem em Brasília no bem bom, nós os elegemos para cuidarem do nosso Estado. E temos Deputados que saíram para Brasília, mendigando de porta em porta, até de joelhos, na época da demarcação da Raposa/Serra do Sol. Agora, são quem menos encontramos para nos acompanhar. E digo isso porque tenho fotos, eram os parlamentares federais do Estado de Roraima, nenhum foi com a gente ao STF, à Presidência do Senado ou à Câmara Federal para nos ajudar na questão da demarcação e expulsão dos fazendeiros que tinham mais de 100 anos em suas terras. Hoje, nós assistimos aquilo que é responsabilidade do Governo Federal, que são as comunidades indígenas, tuteladas dele, nós assistimos os nossos políticos federais de braços cruzados. Isso é uma lástima. Eu quero dizer que a retirada foi graças a uma liminar conseguida através de um mandato interposto pela Governadora em uma reunião com a Justiça Federal, na quinta-feira, à tarde, na Procuradoria Geral do Estado. É a mesma coisa, desculpe-me! Não deu tempo de falar na hora que o Deputado Jorge Everton estava falando, pois ele falou alguma coisa sobre a permanência da Governadora e que o grupo governista “lucra com isso”. Eu quero perguntar por que estão insatisfeitos? Não estão lucrando? Será isso? É muito difícil chegar...ainda não se estabeleceu moeda de troca para nada, nem da parte do grupo governista, nem do grupo não governista, não que eu saiba, mas não é bom chegar na tribuna e dizer que os Deputados Governistas lucram com isso. Por um acaso lucraram com as fardas inteligentes do Rodrigo Jucá? Por acaso o grupo lucrou quando o Governo da Teresa, no início do mandato, demitiu todo mundo da Prefeitura e até hoje não cumpriu 70% das promessas de campanha? Será que eu vou dizer que estão lucrando com isso? Eu não estou dizendo isso, estou dizendo que ela não pode! Não foi possível! Agora, dizer que estamos lucrando me leva a entender que estão insatisfeitos por não estarem lucrando também.

O Senhor Deputado **George Melo** continua. Com relação à palavra “lucrar”, concordo com o seu pensamento e sou solidário. Continuo, fazendo uma retrospectiva, pois ao meu ver, Deputada Aurelina, o Estado de Roraima recebe sim recursos federais para investir na educação indígena...

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem - Não específica. Tem para a saúde, para ONG. As comunidades indígenas são contempladas dentro do FUNDEB, e todos são atingidos, mas recurso de FUNDEB não é o Governo Federal quem manda, é orçamento do Estado.

O Senhor Deputado **George Melo** continua. Para buscar recursos para reforma de escola indígena, é fácil em Brasília. Mas quero dizer que é responsabilidade do Estado e discordamos neste ponto. Entendo

que o Estado tem responsabilidade sim. E com relação ao nosso Estado, é impressionante, e Vossa Excelência até disse muito bem, pois há uma construção para que as pessoas desistam deste Estado, porque o que custa passar o Linhão de Tucuruí na beira da estrada. Por exemplo, essa afronta à população de Roraima com relação à sBRs é uma falta de respeito com o cidadão daqui. Então, a questão nos deixa numa condição de hoje, travamos esse debate nesta Casa para que se tenha uma discussão mais acalorada sobre isso, para que o Estado entenda, a Governadora entenda que a Assembleia não concorda com essa situação também. Nós não concordamos e eu entendo que este tipo de ação tem que ser extremamente coibida, com respeito e responsabilidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Senhor Presidente, demais colegas. Quero parabenizá-lo, Deputado George, por provocar essa discussão. Quero complementar o seu pronunciamento no que se refere à responsabilidade da União, quando Vossa Excelência diz que acha que venderam o Estado. Também concordo com Vossa Excelência, acho que venderam o Estado, mas esqueceram de nos avisar. Estávamos na reunião do Parlamento Amazônico, no Amapá, e teve uma Senhora representando a Ministra do Meio Ambiente que me disse, Deputado George, com o pretexto de não ceder para nós nenhum pedaço de terra, sendo que as terras alagadiças que estavam lá não pertenciam a União, então, não pertenciam a nós também, porque quem fiscaliza é a Polícia Federal, o Meio Ambiente que fiscaliza, então, para querer se esquivar, referente à BR 174, se já é domínio da União, se já temos 50 metros de domínio público da União federal, não pode uma ONG pressionar a FUNAI que se acovarda e não dá a carta de anuência para que a gente traga a energia para Roraima. Eu perguntei a ela quais eram os critérios que o Governo Federal usava para demarcar, para fazer alguma ampliação de reserva e para defini-las. E, ela me disse que eram consultados cinco órgãos, o SEMIBIL, que tem menos de dez anos de existência e é quem dá o aval para demarcar; a FUNAI que não serve para nada, só como escudo; MDA, que apita muito pouco; o INCRÁ e o IBAMA que não fazem nada. Então, são esses órgãos que definem a necessidade do Estado de Roraima. Esses órgãos representam mais de quinhentos mil habitantes, porque é com o aval deles que fazem isso, mas da Assembleia Legislativa eles não perguntam, ao Governo do Estado eles não perguntam, ao Ministério Público Estadual eles não perguntam, porque só consultam aqueles órgãos que estão em conluio com eles. Então, eles mandam e têm a liberdade de mandar. E eu queria que refletissem, que nos impussemos, Deputado, e todo o santo dia, se pudéssemos, reclamamos, mandamos uma matéria para o jornal para que a BR 174 seja de liberdade exclusiva do povo brasileiro, derrubarmos aquela corrente, fazendo com que o Linhão de Tucuruí passe por lá, porque a nossa situação energética está muito complicada. Então, era apenas isso, Deputado. Obrigado!

O Senhor Deputado **George Melo** continua. -Quero dizer que esse tipo de ação que estão fazendo com o povo de Roraima, Deputada Aurelina, só nos tornam mais fortes. É fácil a gente vê que os povos sofridos são os mais aguerridos e eles estão nos tomando, a cada dia, mais fortes. Eles tiveram a oportunidade de destruir este Estado, e quase conseguiram, mas o povo de Roraima é forte. Isso vai nos contagiar e vai chegar uma hora em que nós não vamos mais aguentar assistir pacientemente a ação desses grupos que têm interesses obscuros. Então, se não for a Governadora, se não for um instrumento organizado do povo de Roraima, certamente não iremos ter essas ferramentas para nos organizarmos e não permitirmos que sejam cada dia mais crucificados e pagando uma pena que não é nossa. O povo de Roraima já vem pagando há muito tempo, estão nos tirando tudo. Tiraram as nossas terras e agora estão querendo tirar a nossa liberdade. E eu tenho certeza que o povo de Roraima não vai aceitar esse tipo de postura desses órgãos internacionais que acham que, que por sermos um povo ordeiro, vamos aceitar pacientemente esse tipo de ação. Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer nesta manhã de hoje.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para Ordem do dia: Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 019/15, que “Considera o conjunto arquitetônico e a encenação da Paixão de Cristo patrimônio culturais e materiais do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Jânio Xingú; do Projeto de Lei nº 021/15, que “Autoriza a Secretaria Estadual de Saúde, junto com Secretaria Estadual de Educação, a implantarem o programa de prevenção à verminoses nas escolas da rede pública estadual”, de autoria do Deputado Marcelo Cabral; do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 022/15, que “Cria o programa de conscientização e obriga a inclusão e reserva de vagas, na rede pública e privada de educação do Estado de Roraima, para crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Marcelo Cabral; do Projeto de Lei nº 037/15, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de exames de acuidade visual e auditiva nas escolas públicas, e dá outras providências”, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; Veto Total ao Projeto de Lei nº 034/2015, que



“Estabelece os critérios de avaliação de dislexia nos concursos de provas e títulos para investidura em cargo ou emprego da administração direta ou indireta, conforme Mensagem Governamental 046/2015”.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, nós estamos preparando, independentes, de bandeira política, com a assinatura de todos, um requerimento para que nós possamos dilatar o prazo para apresentação de emenda para o orçamento. Gostaríamos de contar com Vossa Excelência e que colocasse em votação, de forma unilateral, para que possamos ter esse prazo dilatado até o dia 10 de novembro.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Vossa Excelência pode solicitar por escrito ao Presidente da Comissão de Finanças. Eu não tenho autoridade para deliberar a matéria enquanto não estiver na pauta do plenário. Até então, a minha jurisdição impede que eu faça o seu requerimento, muito embora o Senhor tenha prerrogativas para apresentá-lo, mas como eu entendo que esta dilatação sempre foi flexibilidade desta Casa, Vossa Excelência pode fazer por escrito ou até em conversa com o Presidente da Comissão de Finanças, para dilatar o prazo necessário para que nós possamos evoluir para as votações.

Agora, quero comunicar aos Senhores Deputados que existe, por parte desta presidência, a intenção de encerrar os trabalhos legislativos no dia 15 de dezembro. Essa é a posição desta Casa, pelo menos a Mesa Diretora vai adotar, para não ultrapassarmos os dias 22, 23, 24, como foi no ano passado, quando nas vésperas do natal tivemos que votar o orçamento rápido e sem que os Deputados tivessem absoluto e total conhecimento da matéria.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede Questão de Ordem - Presidente, só para contribuir com a questão de Ordem do Deputado Brito. Ficou bem explicado por Vossa Excelência que, hoje, à tarde, Deputado Brito, teremos uma reunião ordinária da Comissão de Orçamento e, desde de já, convido todos os Deputados membros: Aurelina Medeiros, Diego Coelho, Jânio Xingú, Izaías Maia e Marcelo Cabral, pois vamos verificar as emendas apresentadas e poderemos, nesta Comissão, discutir também a possibilidade de ampliarmos esse prazo. Então, Vossa Excelência não faz parte, mas como é líder de um bloco parlamentar poderá se fazer presente, ou designar um membro do seu grupo para levar essa proposição à Comissão. Como falou o Presidente, nosso objetivo é votarmos no âmbito da Comissão até o final deste mês, para que na primeira semana de dezembro esteja em Plenário não só a Lei Orçamentária, mas também o Plano Plurianual. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, gostaria de agradecer o entendimento da Mesa e do Presidente da Comissão. A Deputada Aurelina vai nos representar e apresentar um Requerimento de solicitação de prazo, porque ela é da Comissão de Orçamento. Obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Lembrando que Vossa Excelência, como é Líder do governo, tem a mesma prerrogativa, o regimento faculta isso.

Quero informar aos Senhores Deputados que as matérias que anunciamos para a pauta da Ordem do dia, a Comissão de Educação já deliberou. Resta, portanto, a Comissão de Administração, Serviços Públicos, Transportes e obras, cujo Presidente é o Deputado Jorge Everton, a Comissão de Orçamento, cujo Presidente é Deputado Chagas, as quais precisam se reunir ainda hoje, para que amanhã possamos evoluir com a pauta da Ordem do Dia que foi anunciada, bem como, a Comissão da Família, presidida pela Deputada Angela Águida, e a Comissão de Direitos Humanos. Quero comunicar aos Senhores Deputados que um projeto para vir para pauta precisa passar, no mínimo, em três Comissões, para que possamos apresentá-los em plenário. Gostaria de pedir aos presidentes das Comissões de Administração, Orçamento, Família e Direitos Humanos para que, logo após o término da Sessão, possam se reunir em horários diferentes, ou hoje durante o dia, ou pela parte da tarde, para que amanhã possamos evoluir com a Ordem do Dia anunciada anteriormente pela Mesa Diretora.

Fica, portanto, para a pauta de agora o Veto Total ao Projeto de Lei nº 034/15, conforme Mensagem Governamental 046/15.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Parecer.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, requeiro adiamento de votação da matéria.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** -Baseado no art. 224 do Regimento Interno, é facultado adiamento de votação.

Quero lembrar aos Senhores que o prazo é exíguo, é provável que o Veto tranque a pauta, portanto, até o dia 06 deste mês finda o prazo que temos para que este Veto seja analisado.

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições, em conformidade do art. 33, inciso XVIII da Constituição Estadual, combinado com art. 23, inciso VI, alínea J,

e art. 43 do Regimento Interno, promulga: a Resolução nº 049/15, que “Cria a Comissão Especial Externa para analisar o nome do Senhor Vicente de Paula Vasconcelos Barreto, indicado para o cargo de Presidente da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima – ADERR, composta pelos Deputados: **Angela A. Portella, Brito Bezerra, Marcelo Cabral, Soldado Sampaio e Zé Galeto**, a Resolução nº 050/15, que “Cria a Comissão Especial Externa para, nos termos do artigo 43 do Regimento Interno, analisar e emitir parecer ao Projeto de lei nº 073/15, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remunerações – PCCR, dos servidores Públicos Efetivos do Estado de Roraima, composta pelos Deputados: **Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Jânio Xingú, Naldo da loteria e Soldado Sampaio**.

Informo aos Senhores Deputados que as demais matérias anunciadas na pauta da Ordem do Dia foram transferidas para a próxima Sessão, para que sejam analisadas pelas Comissões.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** – Eu gostaria de relembrar à corregedoria que foi encaminhado o memorando no dia 21 de outubro de 2015, solicitando informações acerca da frequência dos Deputados membros nas reuniões ordinárias realizadas ao longo deste ano, a fim de que seja elaborado o relatório geral da comissão e tomadas as devidas providências em caso da não observância de qualquer preceito do Regimento Interno desta Casa. Porém, até o presente momento, apenas seis comissões fizeram o relatório a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, a Comissão de Direitos da Família e da Mulher, a Comissão de Segurança e Serviços Públicos e a Comissão de Educação. As demais comissões não atenderam as solicitações até o presente momento. Quero lembrar que o prazo da apresentação das informações foi de 10 dias. E pedi para que o documento fosse enviado diretamente aos gabinetes dos presidentes, para que tivessem a ciência de imediato. Gostaria de reiterar o pedido de informação para os presidentes, que ainda não responderam, para que façam esse encaminhamento nos 10 dias úteis nesta Casa. Obrigado!

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor Presidente, corroborando com o que Vossa Excelência falou com relação às comissões, eu quero informar que já tinha sido publicado no diário a convocação da reunião para o dia de hoje. E, eu gostaria de lembrar aos Deputados Coronel Chagas, Odilon Filho, Lenir Rodrigues e Deputado Sampaio que a reunião da nossa comissão irá ser depois da Sessão e que já estava previamente marcada.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Quero comunicar ao Deputado Masamy Eda que o documento expedido pela corregedoria foi encaminhado aos gabinetes dos Deputados. Na verdade, teria que ser encaminhado à presidência das comissões para que as mesmas emitissem relatórios através dos Senhores Deputados-membros daquelas comissões, para que nós não tivéssemos atrasos das matérias que estão em pauta. Vossa Excelência está realmente cumprindo o seu papel, mas eu gostaria só que enviasse um requerimento à presidência das comissões para que as mesmas pudessem fazer as notificações diante do que Vossa Excelência acabou de falar.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** – Senhor Presidente, foi feita a todos os presidentes de comissões. Eu tenho certeza que foi passado aos gabinetes e aos presidentes de comissões.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não, ao Presidente de comissão da Casa, não das presidências dirigidas aos Deputados. Eu me refiro à comissão da Casa. Nós temos uma comissão geral dentro da Assembleia Legislativa que designa que são os braços que se estendem as outras comissões. Vossa Excelência pode encaminhar diretamente a essa comissão para que possa evoluir o mais rapidamente possível, porque senão, vamos ficar sem matéria para a Ordem do Dia se as comissões não se reunirem.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, eu quero solicitar à Assessoria da Comissão de Terras, da qual sou presidente, providenciar as respostas solicitadas pelo corregedor desta Casa, Deputado Masamy Eda.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais nenhum Deputado que queira utilizar deste Expediente, informo que a Ordem do Dia de hoje fica transferida para o dia de amanhã. O veto de adiamento de discussão fica para a próxima terça-feira, sobre a análise do veto total ao projeto que trata sobre a dislexia, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 04 de novembro, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, George Melo, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Valdenir Ferreira e Zé Galeto**.

**Ata Sucinta Aprovada em: 05/11/2015**